

293 B 100  
4. 11 96

15  
CAB  
EM

**Estatutos  
da  
Associação Cultural e Juvenil BATOTO YETU - PORTUGAL**

**Capítulo I  
Denominação, natureza, sede e objecto**

**FÁTIMA FONSECA**  
ADVOGADA  
CONT. N.º 189 217 561  
Rua do Congo, Lote 4.52.01 A, 4.º Dto,  
Parque das Nações  
1990-296 LISBOA

**Artigo 1º**

1. A "Associação Cultural e Juvenil BATOTO YETU - PORTUGAL", adiante designada por Associação, é uma pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos, que se rege pela lei portuguesa e pelos presentes estatutos e que visa adoptar e prosseguir em Portugal os objectivos de carácter social e humanitário da organização BATOTO YETU de Nova Iorque.

2. A Associação tem sede na Rua Júlio de Andrade, nº 2, em Lisboa e durará por tempo indeterminado.

**Artigo 2º**

1. A Associação tem por objecto apoiar a integração social e a promoção cultural das populações infantis e juvenis mais carenciadas, especialmente as de origem africana, mediante o desenvolvimento e o intercâmbio de actividades educativas, artísticas e culturais.

2. No desenvolvimento do seu objecto, a actividade da Associação deverá incidir especialmente sobre:

- a) A Promoção do ensino da dança e cultura africanas;
- b) A produção de espectáculos de dança;
- c) A promoção e o aperfeiçoamento profissional e artístico através de acções de formação para jovens;
- d) A produção de filmes e vídeos e quaisquer outras formas de criação e difusão artística;
- e) A edição de publicações.
- f) A organização de seminários, encontros, colóquios e conferências;
- g) A promoção e o apoio à constituição de associações juvenis dedicadas à divulgação e prática da dança e cultura africanas.

Ass 26  
CAB  
A  
Emp

h) A promoção, o intercâmbio e a cooperação com associações e organismos nacionais e estrangeiros que prossigam os mesmos objectivos.

i) A realização de eventos que, de um modo geral, possam contribuir para a formação de crianças e jovens, tendo em vista o seu desenvolvimento intelectual e a sua integração social.

**Capítulo II**  
**Associados, seus direitos e deveres**

FÁTIMA FONSECA  
ADVOGADA  
CONT. N.º 189 217 361  
Rua do Congo, Lote 4.52.01 A, 4.º Dio,  
Parque das Nações  
1990-316 LISBOA  
27.10.2008  
Fátima

**Artigo 3º**

1. Poderá ser sócio da Associação toda e qualquer pessoa que se identifique com os fins constantes dos presentes estatutos e preencha as condições aqui estabelecidas.
2. O processo de admissão dos sócios será regulado pela Direcção.
3. A qualidade de sócio pode ser retirada em caso de comportamento considerado lesivo dos interesses da Associação.

**Artigo 4º**

1. Constituem direitos dos sócios:
  - a) Eleger e ser eleitos para os órgãos sociais;
  - b) Participar nas actividades da Associação;
  - c) Solicitar todos os esclarecimentos sobre o funcionamento da Associação.
2. Constituem deveres dos sócios:
  - a) Cumprir as disposições estatutárias da Associação, bem como respeitar as deliberações dos seus órgãos;
  - b) Desempenhar os cargos para que forem eleitos;
  - c) Zelar pelo património da Associação, bem como contribuir para o desenvolvimento dos respectivos fins.

FÁTIMA FONSECA  
ADVOGADA  
CONT. N.º 189 217 561  
Rua do Congo, Lote 4.52.01 A, 4.º Dto,  
Parque das Nações  
1990-2296 LISBOA

### Capítulo III Órgãos Sociais

#### Artigo 5º

São órgãos da Associação: \_\_\_\_\_

- A Assembleia Geral \_\_\_\_\_
- O Conselho de Zeladores \_\_\_\_\_
- A Direcção \_\_\_\_\_
- O Conselho Fiscal. \_\_\_\_\_

#### Artigo 6º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos.
2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho de Zeladores, pela Direcção ou por, pelo menos, um décimo do número total de sócios. \_\_\_\_\_
3. A Assembleia Geral será presidida por uma Mesa composta por três sócios, eleita em lista maioritária. \_\_\_\_\_
4. Compete à Assembleia Geral: \_\_\_\_\_
  - a) Alterar os estatutos, mediante parecer concordante do Conselho de Zeladores;
  - b) Aprovar e alterar o seu regimento; \_\_\_\_\_
  - c) Definir as grandes linhas de actuação da Associação; \_\_\_\_\_
  - d) Aprovar o Relatório e Contas de Gerência; \_\_\_\_\_
  - e) Eleger os membros dos órgãos da Associação; \_\_\_\_\_
  - f) Retirar a qualidade aos associados, quando tal seja justificável, por proposta da Direcção. \_\_\_\_\_

#### Artigo 7º

1. O Conselho de Zeladores é composto por um número entre nove e quinze sócios fundadores, eleitos por tempo indeterminado na primeira assembleia geral posterior à constituição da Associação, e tem por funções autorizar qualquer modificação dos estatutos, por forma a assegurar o respeito pelo projecto que presidiu à constituição da Associação, bem como emitir parecer, a pedido da Direcção, sobre quaisquer matérias de interesse da Associação. \_\_\_\_\_

FÁTIMA FONSECA  
ADVOGADA

CONT. N.º 189 217 561

Rua do Congo, Lote 4.52.01 A, 4.º Dto.

Parque das Nações

2990-291-1-3806

2. As vagas que ocorram no Conselho de Zeladores serão preenchidas por cooptação dos membros em exercício, preferencialmente de entre os restantes associados fundadores.

3. O Conselho de Zeladores poderá, em cada dois anos, ou em qualquer momento por iniciativa de pelo menos dois terços dos seus membros, deliberar sobre a substituição de algum ou alguns dos seus membros, quando julguem necessária a renovação do órgão.

#### Artigo 8º

1. A Direcção é o órgão executivo da Associação, constituída por três ou cinco elementos eleitos em lista maioritária, sendo um deles o presidente.

2. A Direcção reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocada por dois dos seus membros.

3. Compete à Direcção:

a) Propôr e executar o Plano de Actividades e o Orçamento;

b) Apresentar Relatório e Contas de Gerência;

c) Aprovar o seu Regimento;

d) Admitir novos associados;

e) Exercer o poder disciplinar;

f) Apresentar propostas à Assembleia Geral;

g) Aceitar subsídios, doações, heranças ou legados;

h) Representar a Associação;

i) Exercer as demais competências que a Assembleia Geral nela delegar.

4. Os assuntos de mero expediente poderão ser assegurados pelo presidente ou por outro membro da Direcção mandatado para o efeito.

5. A Associação obriga-se pela assinatura de dois directores.

#### Artigo 9º

1. O Conselho Fiscal é composto por três elementos eleitos em assembleia geral.

2. Compete ao Conselho Fiscal:



FÁTIMA FONSECA  
ADVOGADA  
CONT. N.º 189 217 561  
Rua do Congo, Lote 4.52.01 A, 4.º Dto.  
Parque das Nações  
2200-270 Lisboa

Act 5-  
6  
CARB  
HE

a) Examinar regularmente as contas da Associação; \_\_\_\_\_

b) Elaborar parecer anual sobre o Relatório e Contas apresentadas pela Direcção. \_\_\_\_\_

3. O Conselho Fiscal poderá solicitar à Direcção todas as informações que considere necessárias ao bom desempenho das suas atribuições. \_\_\_\_\_

#### Capítulo IV Receitas da Associação

##### Artigo 10º

Constituem receitas da Associação: \_\_\_\_\_

a) As quotas pagas pelos sócios no valor fixado pela Assembleia Geral; \_\_\_\_\_

b) O produto de venda de Publicações próprias; \_\_\_\_\_

c) Os subsídios de entidades públicas ou privadas; \_\_\_\_\_

d) Quaisquer outras receitas que sejam atribuídas. \_\_\_\_\_

#### Capítulo V Mandato dos Órgãos Sociais

##### Artigo 11º

A duração do mandato dos órgãos da Associação é de dois anos, sem prejuízo do disposto no artigo 7º, nºs 1 e 3. \_\_\_\_\_

##### Artigo 12º

As deliberações dos órgãos são tomadas à pluralidade dos votos, estando presente a maioria do número legal dos seus membros, excepto para as alterações estatutárias em que é exigível maioria qualificada de três quartos dos membros presentes havendo *quorum*.

Fis. \_\_\_\_\_  
Liv. \_\_\_\_\_

FÁTIMA FONSECA  
ADVOGADA  
CONT. N.º 189 217 561  
Rua do Congo, Lote 4.52.01 A, 4.º Dto.  
Parque das Nações  
1990-236 LISBOA

6 10  
18  
Ch. Fonseca

Capítulo VI  
Dissolução

Artigo 13º

1. A Associação poderá dissolver-se mediante deliberação da Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, aprovada por maioria de, pelo menos três quartos do número total de votos, devendo para esse efeito contar com o parecer favorável do Conselho de Zeladores, emitido com o voto favorável de um mínimo de dois terços dos respectivos membros. \_\_\_\_\_
2. A Assembleia Geral que deliberar a dissolução deverá nomear uma comissão liquidatária e determinar o destino dos bens da Associação. \_\_\_\_\_

Resolva, me e pinge  
Pau de  
X Charles A. Buchanan, Jr.  
Adm. da Associação  
Aut. Belgreen del. delaware  
Francisco Xavier Zea Mantero  
Emilia Teresa Soares L. + S  
Ch. Fonseca